

Capítulo 4

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DO ASSISTENCIALISMO À RESPONSABILIDADE SOCIAL



**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DO ASSISTENCIALISMO À
RESPONSABILIDADE SOCIAL**

**UNIVERSITY EXTENSION, FROM ASSISTANCE TO SOCIAL
RESPONSIBILITY**

Camila Torres Vale

Elder Batista de Araujo

Kátia Priscilla Fernandes dos Santos

Maria Aparecida Fernandes Silva Araújo

Resumo: A Extensão Universitária, que em 18 de dezembro de 2018 se torna obrigatória, sendo necessária e parte da matriz curricular de todos os cursos, é um processo educativo, cultural e científico que possibilita uma relação entre universidade e sociedade. Objetiva-se neste texto, através de revisão bibliográfica, mostrar o processo de mudança entre a extensão de caráter assistencialista até o presente momento com a resolução N°7 de 18 de dezembro de 2018. A bibliografia aponta que foi necessário um longo processo histórico para que o conceito de extensão universitária pudesse ser formulado, porém muito ainda precisa ser feito para que as ações extensionistas cumpram seu papel para com a sociedade. Diante disso conclui-se que a luta pela transformação social e a democratização do conhecimento científico ainda está longe de ter um fim, e cabe a cada sujeito assumir um papel ativo nessa busca por um mundo mais justo e democrático para todos.

Palavras chaves: extensão universitária, assistencialismo, responsabilidade

Abstract: University Extension, which on December 18, 2018 becomes mandatory, being necessary



and part of the curricular matrix of all courses, is an educational, cultural and scientific process that enables a relationship between university and society. The aim of this text, through a bibliographical review, is to show the process of change between the extension of an assistance nature to the present moment with resolution No. 7 of December 18, 2018. The bibliography points out that a long historical process was necessary for the concept of university extension could be formulated, but much still needs to be done so that extension actions fulfill their role in society. In view of this, it can be concluded that the fight for social transformation and the democratization of scientific knowledge is still far from having an end, and it is up to each subject to take an active role in this search for a fairer and more democratic world for everyone.

Keywords: university extension, assistance, responsibility

INTRODUÇÃO

A extensão universitária, que em 18 de dezembro de 2018 se torna obrigatória, sendo necessária e parte da matriz curricular de todos os cursos, é um processo educativo, cultural e científico que possibilita uma relação entre universidade e sociedade. A partir dessa conexão, que viabiliza a entrada do aluno na realidade do cenário social, o processo de ensino/aprendizagem dentro das universidades torna-se parte integrante da comunidade, colocando-se a serviço de suas demandas, do fortalecimento das políticas públicas e da emancipação do sujeito. Dessa forma, o encontro entre universidade e comunidade, com a conversação de saberes, possibilita contribuições para o fortalecimento da autonomia, transformação social e cidadania (Silva, 2017).

Apesar do caráter transformador e emancipatório adotado pela extensão universitária atualmente, foi necessário percorrer um longo caminho para abandonar as raízes assistencialistas que marcaram seu início. Até meados da década de 1960, devido à inexistência de políticas públicas, as universidades ocuparam o papel de amenizar os problemas sociais advindos das desigualdades que



sempre afligiram nosso país. Foi apenas na década de 1970, influenciada por pensadores como Paulo Freire, que a extensão adota uma postura mais crítica e começa a agir para além do assistencialismo, instigando o despertar da consciência popular para os seus direitos (Filho, 2022).

Entretanto, é somente a partir dos anos de 1980, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que a ação extensionista deixa de ser uma via de mão única e passa a ser compreendida não somente como uma disseminação de conhecimento, mas como um processo interdisciplinar que promove uma interação ativa e transformadora entre o meio acadêmico e a sociedade.

A partir de então, o escopo da Extensão Universitária é ampliado tornando-se “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage” (Forproex, 2012, p.15). Essa troca de saberes, acadêmico e popular, possibilita a democratização do conhecimento produzido nas universidades e, conseqüentemente, a participação ativa da comunidade na produção dele, favorecendo a dialética entre teoria/prática na construção de uma perspectiva factual da realidade social.

Assim sendo, este artigo evidencia a trajetória percorrida pela Extensão até tornar-se um instrumento de mudança na Universidade e na sociedade, enfatizando os desafios e objetivos atuais, assim como as perspectivas para o futuro.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DO SURGIMENTO AOS DIAS ATUAIS

Como primeiro passo para uma compreensão da extensão universitária, é indispensável traçar uma linha do tempo, desde o seu surgimento até o seu atual conceito. Esse retorno histórico faz-se necessário, uma vez que a extensão não se formou repentinamente, tendo superado diversas mudanças e reajustes.

O protótipo do que viria a ser a Extensão Universitária tem forte ligação com a mudança



que ocorre no papel que as Universidades desempenham na sociedade. Em seu primeiro momento, a Universidade faz-se direcionada exclusivamente para o ensino, cedendo espaço para uma reformulação com a instauração da Revolução Industrial (Sousa, 1995). Desse modo, a Extensão Universitária começa a ser regulamentada no Brasil no ano de 1931 através do decreto 19.851, que reformou o formato do ensino superior no país e autorizou as universidades públicas e privadas a criarem cursos de extensão universitária em benefício da comunidade, possibilitando que a extensão tivesse um caráter utilitário e educacional.

De acordo com Filho (2022, p. 19), “no Brasil, a Extensão começou a ser concebida mais para o final do século XIX, fortemente influenciada por duas correntes extensionistas: uma norte-americana e outra europeia.” A primeira uma Extensão direcionada aos desígnios comerciais e empresariais, e a segunda sinalizada por um caráter assistencialista.

Até meados de 1960, a Extensão Universitária foi marcada por um viés assistencialista decorrente da omissão do governo e da falta de políticas públicas que viabilizassem e garantissem os direitos dos cidadãos. O descaso do Estado foi o principal motivador para que instituições de ensino superior se voltassem às demandas sociais, objetivando uma função de abrandar as mazelas originárias das desigualdades sociais (Filho, 2022).

Após o Golpe Militar de 1964, houve uma nova reformulação no sistema Universitário Brasileiro, por meio da Lei nº 5.540/68, de 1968, que determinou para as universidades um tripé equilibrado e uma relação direta entre ensino, pesquisa e extensão. Porém, apesar de fazer parte da Constituição de 1988, no artigo nº27, percebe-se que a Extensão Universitária enquanto tríade seguiu enfraquecida (Buffa; Canales, 2007).

Então, nesse ponto, a extensão continuou voltada ao movimento assistencialista, que se deslocava até as comunidades, não havendo um diálogo entre universidade e sociedade a extensão limitava-se a realizar ações de assistência onde a universidade era a única detentora de conhecimento. De acordo com Buffa e Canales (2007, p. 158)

A extensão, sob a perspectiva da visão assistencialista, impõe o conhecimen-



to à comunidade, descartando-lhe a possibilidade de construir o próprio conhecimento. Neste contexto, o cidadão torna-se objeto de uma ação, um ser passivo, desconhecendo-se como sujeito. Essa falta de diálogo leva a comunidade a um mutismo e não lhe oferece condições de desenvolvimento, num ato antidemocrático.

A partir da década de 1970, a Extensão vai ganhando uma nova roupagem, progredindo de um viés assistencialista para um lugar que abre espaço para a comunidade e visa fomentar um despertar da consciência popular para os seus direitos. De acordo com Souza, (1995, p.161) “a relação da Universidade com a Comunidade não deveria ser um apêndice, algo eventual, mas sim uma relação que teria que se estabelecer de forma orgânica, vinculada àquilo que a Universidade faz - ensino e pesquisa”.

Com o início da década de 1980, a Extensão vai sendo marcada pela criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que passam a abarcar um ajuste na relação da Universidade com a Comunidade, aproximando-as a partir da legalização do princípio da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão (Portaria do MEC nº 742/85), culminando no surgimento de novas posturas mediante a política de extensão, transcendendo a visão tradicional e dando lugar à valorização do sujeito e à sua possibilidade de pensar criticamente (Rodrigues, 2023), sendo essa a extensão vigente, executada com foco na transformação social e na formação dos estudantes.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁ HOJE

A partir da década de 1980, a universidade deixa de ser a única detentora de conhecimento e passa a considerar os saberes populares advindos da comunidade em uma troca mútua de experiências que aproxima de maneira eficaz a teoria da prática. Dessa forma, o sujeito, antes mero coadjuvante, é alçado ao papel de protagonista e os conhecimentos empíricos, uma vez desprezados, passam a ser reconhecidos pelas universidades e trazidos à luz do método científico. Também é importante



destacar que a própria convivência dos discentes com a comunidade gera uma compreensão completamente nova para sua formação como profissionais e cidadãos.

Ao ensino, é proposto o conceito de sala de aula que vai além do tradicional espaço físico, compreendendo todos os demais, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. (Martins, 2008, p.203).

É notável que desde o primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – hoje Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras –, em 1987, houve muitas mudanças e avanços consideráveis, entretanto ainda há muito a ser feito, pensado e discutido.

De acordo com Antunes et al (2018, p.210), “a transformação da Extensão Universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade, tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia”, e é nesse contexto que se apresentam as principais temáticas e desafios que devem ser considerados atualmente. Cabe à Universidade, enquanto instituição produtora de conhecimento, oferecer aos governos e à sociedade, os instrumentos científicos necessários para intervenções e projetos comprometidos com a emancipação do sujeito, amparados por um compromisso ético e social. Enfrentar as crises contemporâneas como parte ativa no processo de mudança, além de ser papel da Universidade, é objetivo central da Extensão como prática acadêmica comprometida com a pertinência e alcance social das ações desenvolvidas. Essa interação dialógica entre academia e sociedade tem o potencial de ultrapassar fronteiras e projetar-se mundo afora, como demonstra iniciativas recentes de intercâmbios e parcerias com instituições na África e em outros países da América Latina. Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária:

Essas iniciativas abrem possibilidades efetivas de criação de um ambiente multicultural, de igualdade e de respeito entre as nações desses continentes, assim como de formação de profissionais e pesquisadores voltados para



seu desenvolvimento econômico, social, cultural e político (Forproex, 2012, p.11).

Faz-se cada vez mais necessário construirmos uma universidade voltada para fora de seus muros, atenta aos problemas que afligem aqueles a quem ela deve servir. É fundamental termos o entendimento de que o espaço acadêmico é um local de pluralidade e liberdade, do respeito às diferenças, da democracia e da formação profissional e cidadã (Filho, 2022), afinal a universidade é um reflexo da sociedade e, assim como esta, foi construída através de um processo histórico que traz em si as marcas de épocas passadas.

Em seu primeiro encontro em 1987, o FORPROEX definiu extensão como:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Forproex, 1987, p. 11).

Assim como descrito acima, é evidente que houveram diversos avanços, tanto conceituais quanto práticos, quando se fala em extensão universitária, mas é preciso ressaltar que atualmente práticas ultrapassadas, que não visam à emancipação dos indivíduos e à troca de conhecimentos entre universidade e comunidade, ainda são realizadas. Embora tais ações tenham alguma importância social, é necessário dizer que nem a sociedade, nem as universidades devem estar satisfeitas com tais



ações.

Pois somente através de uma atuação emancipadora e que visa à interlocução entre universidade e a comunidade, é que se pode alcançar o real potencial de mudança que uma ação extensionista poderá proporcionar. Embora, a curto prazo, um projeto de extensão meramente assistencialista possa parecer interessante e útil para aquela comunidade, a longo prazo, esse tipo de atividade perde o sentido, pois não gera mudança alguma na comunidade em que é realizada e, na realidade, pode criar até mesmo uma dependência a esse serviço.

Além disso, para os discentes envolvidos em tal projeto, os ganhos em relação ao conhecimento adquirido são mínimos, pois não estão verdadeiramente inseridos na sociedade, mas se posicionam como detentores do saber que tem por tarefa oferecer os conhecimentos e as habilidades adquiridos na universidade de forma vertical.

Logo, é fundamental combater as atividades extensionistas que sigam um viés ultrapassado; como discutido anteriormente, essas atividades de caráter assistencialista não provocam mudanças efetivas e duradouras, fazendo com que a ação extensionista falhe em cumprir sua missão emancipatória.

Projetos assistencialistas, embora prestem ajudas pontuais, não geram mudanças, e, como citado acima, em alguns casos pode até piorar a situação da comunidade alvo. Por isso, é importante destacar que somente uma extensão que promova a transformação social pode fazer a diferença, tanto para a sociedade quanto para os discentes e professores envolvidos.

Além do assistencialismo, outro ponto que vai de encontro ao propósito de servir à comunidade e democratizar o conhecimento é a rebuscada linguagem acadêmica usada na produção científica decorrente das ações extensionistas.

De acordo com Schlesener (2021, p. 17),

A forma racional, lógica e bem articulada da linguagem acadêmica segundo determinados critérios de organização do pensamento são, em si, um elemento de exclusão das classes subalternas dificultando o acesso ao conhecimento. As possibilidades históricas de mudança social só acontecem quando os gru-



pos subalternos conseguem alguma autonomia de pensamento organizando coerentemente o seu modo de pensar embrionário; isso só se verifica a partir de uma organização política consistente e continuada. A educação formal tem uma importância gigantesca neste processo, mas se faz necessário superar os seus limites.

É notável a enorme barreira que separa as pessoas que não fazem parte da comunidade acadêmica e o acesso a periódicos, artigos ou revistas científicas, mesmo que esses estejam disponíveis na internet. Acontece que essa dificuldade de acesso não diz respeito à inacessibilidade a essas informações, o problema reside na discrepância que existe entre a linguagem acadêmica e a popular. É essa diferença de comunicação que gera a dificuldade de acesso e compreensão.

Essa dificuldade de compreensão se dá, principalmente, pela falta de acesso a um ensino de qualidade, que permita a essas pessoas terem uma base para a compreensão de textos científicos. Assim, podemos perceber a importância da linguagem usada na construção do conhecimento acadêmico, pois ela exerce tanto um papel metafórico, ao nos possibilitar correlacionar diferentes saberes, quanto político ideológico, servindo como meio de manutenção de uma ordem social perpetuada por profundas desigualdades (Gramsci, 1978, apud Schlesener, 2021).

Também é necessário destacar como fator decisivo para o estabelecimento dessa nova perspectiva sobre extensão universitária, a busca incansável pela indissociação entre ensino, pesquisa e extensão. Esse tripé deve ser a base para as atividades acadêmicas, estabelecendo a Universidade como um espaço inteiramente voltado para o compromisso social.

Segundo Villar (2011, p. 59),

Observa-se na atualidade nos debates sobre esta temática uma nova visão sobre extensão, onde a práxis acadêmica estaria incorporada ao ensino e a pesquisa, os quais teriam as mesmas motivações da extensão, sendo nesse contexto a extensão “desnecessária”, uma vez que as duas funções acadêmicas supracitadas teriam inerentes a si a realidade social como base para a sua atuação [...].

Na prática, entretanto, vemos uma supervalorização da pesquisa em detrimento do ensino e



da extensão, em uma perpetuação da crença que limita à pesquisa a produção de conhecimento científico, “deixando em segundo plano a função de garantir uma formação de qualidade e sólida, bem como a de realizar o diálogo e a troca de experiência entre o saber científico e o saber popular por meio da extensão” (Villar, 2011).

Por fim, percebe-se que a maneira mais eficaz de cumprir com o compromisso social e oferecer uma formação voltada para as demandas sociais é promover uma educação cidadã, pautada pelos princípios éticos e voltada para o reconhecimento do outro, da inclusão, da igualdade, sempre em defesa da democracia e da valorização das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das mudanças e dos avanços ocorridos no decurso do tempo, ainda há um longo caminho a ser trilhado até que as atividades, nomeadas por extensionistas, sejam comuns a ponto de tornarem-se inerentes às atividades universitárias.

Porém, para que esse objetivo seja alcançado, é preciso progredir em alguns aspectos, sendo um deles, a visão elitista que ainda persiste em detrimento aos vários avanços alcançados no que diz respeito à extensão universitária. E quando se fala sobre essa visão elitista, é preciso ressaltar que essa visão durante um bom tempo foi levada em consideração como uma forma legítima de ação extensionista e, por isso, a extensão universitária colocava-se como um processo unilateral, não promovendo uma articulação com o saber popular, levando em consideração aquilo que é produzido pela sociedade.

Outro ponto importante que deve ser trabalhado, e que também se relaciona com essa ideia de que a universidade é a única detentora de conhecimento, está na necessidade de uma melhor divulgação científica, que esteja comprometida não somente em disseminar as produções acadêmicas, mas que também vise à facilitação ao acesso desses periódicos por meio de uma adequação linguística que gere uma maior compreensão daquilo que é produzido pela comunidade acadêmica.



Então, além desse combate às visões ultrapassadas sobre a extensão universitária, é preciso reforçar a ideia de que a pesquisa, ensino e extensão formam um tripé indissociável e que, a partir dessa união, as universidades podem exercer um papel mais sólido e consistente junto às políticas públicas. E, para isso, é preciso que tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em conjunto batalhem para que a cada dia os projetos extensionistas estejam verdadeiramente de acordo com o real propósito dessa prática, que sempre deve ser de caráter transformador e emancipatório.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. B.; GADOTTI, M.; PADILHA, P. R. Reinventar a universidade a partir da extensão universitária. In: GADOTTI, M.; CARNOY, M. (orgs.). Reinventando Paulo Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire. Instituto Paulo Freire, Lemann Center, Stanford Graduate School of Education, 2018.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. Extensão: meio de comunicação entre universidade e comunidade. *EccoS*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

FILHO, Flavi Ferreira Lisbôa. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Gestão, Comunicação e Desenvolvimento Regional. Santa Maria, Rs: Facos-Ufsm, 2022.

FORPROEX. POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Manaus, 2012. (verificar referência)

SCHLESENER, Anita Helena. Linguagem acadêmica e educação: um campo de disputas e de consolidação da hegemonia. *Educar em Revista*, [S.L.], v. 37, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qrRkrDdHgZdPJvpjTFRjgLt/#>. Acesso em: 11 nov. 2023.

VILLAR, Ana Eugênia de Vasconcelos. Extensão Universitária: concepções e ações na UFRN, sob a temática direitos humanos e justiça no período de 2008 a 2010. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

